

# jornal da tard

Publicado pela S.A. O Estado de S. Paulo  
Av. Engenheiro Caetano Álvares, 55, tel.: 856-2122 (PABX).

14 SET 1987



Fundado em 1875

JÚLIO MESQUITA  
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO  
(1927 - 1969)

## Salvas as faces, negociar a sério.

Depois de amargar as duras lições do "avanço" teórico de Viena e do "pequeno recuo" prático de Washington — passando pelo vazamento de Sarney ao Jornal do Brasil —, o ministro Bresser Pereira e os principais integrantes de sua equipe já trabalham — agora com os pés no chão — na nova proposta do governo brasileiro aos bancos credores para a renegociação da dívida externa. Será, segundo se informa, uma proposta convencional, embora não necessariamente conservadora, na medida em que poderá reservar certo espaço à criatividade de ambos os lados. Assim, com alguma boa vontade, ficam salvas as faces...

A dura experiência do ministro da Fazenda nos Estados Unidos, onde tomou conhecimento da absoluta impossibilidade de suas idéias de Viena (inspiradas por seus companheiros de governo e do PMDB) vingarem, teve o mérito de mostrar que ele, ao contrário de seu antecessor, não é impermeável aos sinais do mundo real. Nosso ministro compreendeu que a tese da "securitização" de metade da dívida com deságio era completamente inviável, mas a maior derrota não foi dele e sim dos "economistas" (e dos moleques) da Fundação Pedrosa Horta. Hoje eles sabem muito bem que suas bravatas não encontram guarida no mundo das finanças internacionais, regido por contratos e normas não escritas que devem ser honrados por devedores e credores.

Terminaram, portanto, os dias de discurso irresponsável e das tentativas mais ou menos disfarçadas de empurrar o Brasil para o calote puro e simples, assim como também foram destruídos para sempre os argumentos dos que defendem a moratória como panacéia capaz de resolver todos os nossos problemas econômicos. Chegou, finalmente, o momento de uma conversa séria com os bancos privados e os demais credores, balizada pelo bom senso e, principalmente, pela premência de tempo desde que "mister" Baker marcou o dia 26 de outubro como prazo fatal para um acordo entre o País e os bancos.

Se isso não acontecer, a Interagency Country Exposure Risk Committee, uma comissão interdepartamental do governo dos EUA, deverá rebair a classificação do Brasil de "substandard" para "value impaired" (valor prejudicado), o penúltimo estágio da escala, cujo último degrau é o da inadimplência. Em outras palavras, o secretário do Tesouro norte-americano só está agindo para salvar o Brasil e os bancos de seu país do pior.

Desse modo, apesar do desgaste brasileiro da última semana, existe inegavelmente um clima de boa vontade dos bancos e dos governos dos países credores, e um desejo de ajudar nossa economia a superar as dificuldades atuais. Mesmo porque a alternativa seria a exclusão do Brasil do sistema financeiro mundial. Nosso governo — aprendida a lição — não tentará mais impor bobagens do calibre da conversão de 50% do valor devido aos bancos em títulos. Para salvar a face — como dizíamos — acenará com a conversão voluntária, cabendo aos bancos decidir o percentual de seus créditos a ser trocado por esses títulos, que terão juros menores, "mas incluirão um pagamento adicional de juros caso a economia brasileira aumente efetivamente a sua capacidade de pagar".

No entanto, ainda que se leve em conta a atitude mais racional do governo e a humilhante derrota dos radicais, é preciso reconhecer que um acordo definitivo com os bancos será algo muito difícil de obter a curto prazo, em virtude das incertezas decorrentes dos trabalhos do Congresso Constituinte, que tornam a posição do Executivo muito débil quando se trata de assumir compromissos de médio e longo prazo. Nessas condições, acredita-se que, no próximo dia 25, quando começarem a discutir a dívida a partir da nova proposta (ou nova postura?) brasileira, governo e banqueiros tentarão chegar a um acordo provisório que dê ao País os recursos necessários ao fechamento das contas deste ano, em troca da suspensão da moratória, deixando para 1988, quando as incertezas de hoje tiverem sido afastadas, aquilo que o presidente Sarney chamou de acordo definitivo sobre a dívida e que, por enquanto, ninguém pode imaginar o que seja.

O embaixador Marcílio Marques Moreira informou a jornalistas brasileiros que acredita na possibilidade de um entendimento, caso os bancos concordem em fornecer os US\$ 7,2 bilhões requeridos para o fechamento das contas externas de 1987 e 1988 (são US\$ 4,3 bilhões para este ano e US\$ 2,9 bilhões para o próximo). Na realidade, esse dinheiro nem precisaria sair dos bancos. Naturalmente, esta seria a forma mais rápida de acabar com a moratória e suas conseqüências negativas, o que nos deixaria muito satisfeitos, em razão dos imensuráveis benefícios para nossa economia e das vantagens imediatas de um "arreglo" para 1987 até o dia 26 de outubro.

Contudo, ainda há muitas dúvidas entre os banqueiros, inclusive sobre a permanência do ministro Bresser Pereira no cargo. Informa-se que alguns credores estão determinados a exigir o pagamento simbólico de parte dos juros (cerca de US\$ 500 milhões) para reiniciar as negociações com o País, mas o ministro da Fazenda assegura que não haverá qualquer pagamento antes do reescalonamento da dívida. Parece que os bancos não insistirão num acordo prévio com o FMI, mas — como foi acertado com o secretário do Tesouro dos EUA — não haverá outro reescalonamento com o Clube de Paris sem esse acordo.

Ou seja, as indicações são de que Baker sugeriu aos bancos que trabalhem para que se chegue a um acordo "de emergência" semelhante ao assinado no início deste ano com o Clube de Paris. O governo de Washington adiará a reclassificação dos empréstimos brasileiros durante a vigência desse acordo, com o objetivo de evitar o rompimento definitivo entre os bancos dos EUA e o governo brasileiro, que teria como resultado a suspensão das linhas de crédito de curto prazo, seguida da tentativa brasileira de reter esses recursos e de uma inevitável batalha judicial para o arresto de bens do País no Exterior.

Nada disso, é claro, interessa ao governo, aos credores e aos nossos parceiros comerciais, que não poderão deixar escapar esta última oportunidade de resgatar a economia brasileira do abismo a que foi lançada pela demagogia do PMDB e pela incompetência e irresponsabilidade de uma equipe de "economistas", comandada por um ministro que chegou ao cargo com a obsessão exclusiva — que continua alimentando — de ser o "construtor deste país..." (leia-se presidente da República).